



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 2/2015

SESSÃO ORDINÁRIA DE

29/04/2015

“Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e quinze, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Mira, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência do Ex.^{mo} Sr. Prof. Nelson Miranda Cadete, em substituição do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Mário Ribeiro Maduro, secretariado pela Sr.^a Eng.^a Regina Maria Duarte Serrano, 2.^a Secretária, e pela Sr.^a Dr.^a Telma Milene Magueta Salvador, com a seguinte Ordem do Dia: -----

-----PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (Art.º 52.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA (Art.º 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): -----

-----PONTO UM: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----PONTO DOIS: Apreciação e votação, nos termos do previsto na alínea l), do n.º 2, do art.º 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, dos documentos de prestação de contas do ano de 2014 e apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do ano de 2014 e a respetiva avaliação.

-----PONTO TRÊS: Aprovação, nos termos preconizados da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da 1.^a revisão orçamental e 1.^a revisão às GOP's – Ano de 2015.-----

-----PONTO QUATRO: Aprovação, ao abrigo do disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º, in fine, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, conjugado, com as devidas adaptações, com o disposto no n.º 3 do artigo 56.º e n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, da renegociação do empréstimo contratualizado pela Associação Incubadora do Beira Atlântico Parque. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----PONTO CINCO: Tomada de conhecimento da listagem das adjudicações da prestação de serviços, efetuadas ao abrigo da autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento da Lei n.º 8/2012, de 21 de junho.-----

-----PRESENÇA DO EXECUTIVO-----

-----Em representação do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida e o Vereador Sr. Nelson Teixeira Maltez. -----

-----PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

-----Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, Prof. Nelson Miranda Cadete, Eng.^a Regina Maria Duarte Serrano, Carlos Jorge dos Santos Nora, Enf.^a Maria Leonor Cruz Reigota Tomás Borralho, Eng.^o André Frederico Guilhoto Monteiro, Pedro Nunes, Prof. Paulo Jorge dos Santos Grego, Prof. Carlos Manuel Domingues Veríssimo, Prof.^a Vera Lúcia de Jesus Manco, Dr.^a Joana Mafalda da Fonseca Avelino Muralha Teixeira, Eng.^o Calisto de Oliveira Coquim, Dr. Carlos Ventura Pimentel Castelhana, Dr.^a Ana Maria Laranjeiro da Silva, João Maria Nogueira, Enf.^o Manuel Ferreira Inocêncio, Prof.^a Zélia Domingues Morais, Dr.^a Telma Milene Magueta Salvador, Dr. João Luís dos Santos Marques de Pinho, Pedro Jorge Morais Laranjeiro e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia: de Mira, Prof. Artur Jorge Ribeiro Fresco; da Praia de Mira, Dr. Francisco Daniel Soares Reigota; do Seixo, Dr. Tiago Daniel Castro da Cruz; e dos Carapelhos, Gabriel Miranda Pinho. -----

-----HORA DE ABERTURA -----

-----Os trabalhos tiveram início às dezoito horas e trinta e cinco minutos e após a verificação de quórum, com as presenças e as ausências anteriormente referidas, foi declarada aberta a sessão pelo Sr. Prof. Nelson Cadete, em substituição do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.-----

-----INFORMAÇÕES -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Seguidamente procedeu-se à recomposição da Mesa, com integração dos Membros da Assembleia, Sr.^a Eng.^a Regina Maria Duarte Serrano, assumindo as funções de 1.^a Secretária e Sr.^a Dr.^a Telma Milene Magueta Salvador, as funções de 2.^a Secretária. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Mário Maduro integrou o plenário mais tarde, cerca das vinte horas e vinte minutos, assumindo, a partir desse momento, a presidência da Mesa da Assembleia. -----

-----O Sr. Prof. **Nelson Cadete**, em substituição do Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** cumprimentou todos os presentes e informou que o Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Mário Maduro se encontrava ligeiramente atrasado. --

-----Pedi desculpas pelo atraso, justificando que este se prendeu com o facto de faltar ultimar alguns documentos. Continuou, solicitando a todos os intervenientes que tivessem especial paciência consigo, pois era a primeira vez que estava a presidir aquela Assembleia Municipal, uma vez que o Sr. Dr. Mário Maduro não podia estar presente à hora marcada. Mais referiu esperar que a reunião decorresse da melhor forma e solicitou a todos que tivessem presente que o objetivo final era o bem do nosso Concelho. -----

----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** (Artigo 52.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro).-----

----**APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015** -----

----A ata n.º 1, de 27 de fevereiro de 2015, foi submetida à apreciação do plenário com vista à sua aprovação.-----

----O Sr. **Gabriel Pinho**, Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, interveio para solicitar correções ao respetivo texto porquanto o mesmo era omissivo relativamente à parte da sua intervenção em que tinha referido o nome do denunciante do processo contra si pendente, na Polícia Judiciária, designadamente o Sr. Augusto José Domingues Louro de Miranda, elemento da Assembleia de Freguesia de Carapelhos.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Mais acrescentou que, e até prova em contrário, também o PSD tinha culpas, pois aquele era o cabeça de lista, pelo PSD, à Junta de Freguesia de Carapelhos.-----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** em exercício, Sr. Prof. Nelson Cadete, face a este pedido de correção, recomendou aos serviços que procedessem a uma nova audição da gravação, bem como à correção do documento em apreço, pelo que a aprovação da ata ficou adiada para a próxima sessão da Assembleia Municipal.-----

----Seguidamente, teceu um voto de felicitação às funcionárias responsáveis pela elaboração das atas, acrescentando que estas têm feito um grande esforço para as terem prontas atempadamente.-----

---- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** em exercício, Sr. Prof. Nelson Cadete, deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.-----

----1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

----Interveio o Sr. **Gabriel Pinho**, Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, parabenizando a Câmara Municipal pela bonita rotunda da A17, mas referiu que ainda lá faltava um cambão. Os seus votos de parabéns foram extensivos aos trabalhos de limpeza efetuados pela Junta de Freguesia do Seixo, sob o Protocolo realizado com a Câmara Municipal de Mira, mas considerou que havia ainda, nesse local, uma falha grande, pois ainda lá estavam, pelo menos, três acácias tombadas que continuavam a rasgar e a danificar os toldos dos camiões. Por isto, acrescentou que seria de bom-tom que se procedesse ao seu corte. -----

----Continuou a sua intervenção, inquirindo o Executivo sobre quais as diligências tomadas em relação às palmeiras, embora soubesse que já se tinham iniciado alguns trabalhos nesse sentido, pois tinha conhecimento de que algumas delas estavam a dar muitos problemas e, pese embora, estivessem em domínio privado, constituíam um grande perigo, tanto para os transeuntes,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como para os velocípedes ou automóveis. Mais referiu ter conhecimento de que a Câmara Municipal de Vagos andava a proceder à remoção das suas palmeiras contaminadas, com um camião grua.-----

----Terminou congratulando-se com a festa de Comemoração dos 30 Anos da Freguesia do Seixo, embora lamentasse o facto do seu fundador, o Sr. João Evangelista Rocha de Almeida não ter estado presente na comemoração e mais referiu que este devia ter sido convidado.-----

----Interveio o Sr. Eng.º **André Monteiro** (MAR) referindo-se às obras de saneamento em Mira, questão recorrente nas suas intervenções, dizendo que tinha solicitado ao Executivo algumas informações, relativas a este assunto, as quais lhe foram fornecidas. Em seguida, pretendeu saber se, para além das obras no Casal de S. Tomé, na Ermida e na Praia de Mira, também estavam planeadas, para o atual mandato, algumas obras para as restantes localidades, pois como todos sabiam, a percentagem de saneamento, no Concelho de Mira, não era muito elevada.-----

----Com relação aos Parques Infantis do Concelho e também motivado por abordagens dos Munícipes à sua pessoa, referiu que no ano transato foram implementados parques novos, um em cada freguesia, mas considerava que este número era manifestamente insuficiente, como por exemplo, para a Freguesia de Mira, pois esta era muito grande e possuía muitas localidades. Corroborando esta consideração, mais disse que, neste momento, existiam parques, nomeadamente em Portomar e no Cabeço, que apesar da sua falta de segurança, limpeza e manutenção, continuavam a ser frequentados por crianças, acompanhadas pelos pais. Posto isto, pretendeu saber se estava previsto algum investimento, de forma a solucionar esta situação.-----

----Terminou esta sua intervenção pronunciando-se sobre o Orçamento Participativo, referindo que, por alguma falta de logística da parte do MAR, não tinham conseguido levar a sua proposta à reunião de Câmara, mas que com certeza, iria à próxima. Lamentou ainda o facto de que a colaboração, por si



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

solicitada, aos seus colegas das outras bancadas, não tivesse surtido efeito, pois ninguém se disponibilizou para ajudar. Mais declarou que, de qualquer forma, iriam levar avante esta sua proposta.-----

----Interveio o Sr. **João Nogueira** (PS) que começou por cumprimentar todos os presente e felicitou o Executivo pela colocação das lombas na Avenida Cidade de Coimbra, na Praia de Mira, mais propriamente, em frente às escolas primárias, pois considerava que estas eram extremamente importantes, alegando que tinha conhecimento, e que a população em geral também sabia que, ai nesse local, quase ocorreram dois acidentes, pois os condutores, quer de automóveis, quer de motorizadas, não respeitavam nem os sinais gráficos, nem os luminosos, nem sequer os limites de velocidade.-----

----De igual modo, felicitou o Executivo pelos trabalhos realizados, nomeadamente, pela colocação de contentores na lota da Praia de Mira, considerando-a uma boa medida, pois esta tornava possível a deposição de peixes e de espécies não comestíveis, por não satisfazerem as medidas regulamentares e porque evitavam a propagação de maus cheiros, que eram uma constante, numa zona densamente povoada e frequentemente visitada por banhistas, referindo-se especificamente à zona circundante aos armazéns.-

----Tendo como mote “que na vida, nem tudo eram rosas”, recomendou que a deposição de peixes das espécies incomestíveis ou que eram apreendidas, por não satisfazerem as medidas regulamentares, deviam ter um cuidado especial, por parte dos seus responsáveis, para que “o remendo não fosse pior que o soneto”, ou seja, que estes detritos não ficassem durante muito tempo nos contentores, pois davam origem, para além de tudo o resto, a que os nossos visitantes fizessem disto publicidade, como já tinha acontecido.-----

----Continuou a sua intervenção alertando o Executivo para o perigo eminente de derrocada que o muro, de norte a sul, em frente aos já referidos armazéns, constituía, devido à sobrecarga de areias. Mais acrescentou que este muro tinha cerca de 100 metros de comprimento e que apresentava fissuras



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

enormíssimas, o que poderia causar uma grande tragédia e a responsabilidade seria imputada à Câmara Municipal. Neste sentido, sugeriu ao Executivo que esta situação fosse averiguada pelos seus técnicos e posteriormente se retirasse a areia, por forma a aliviar a pressão exercida, no referido muro.-----

-----Referindo-se à Barra de Mira, mais especificamente às obras na Praia do Poço da Cruz, disse que a sua sinalização era de difícil interpretação e acrescentou que estava mal colocada. Por isso, aconselhou a sua verificação e recolocação pelos serviços técnicos camarários.-----

----Interveio o Sr. Dr. **Carlos Castelhana** (PSD) solicitando para a localidade do Cabeço, a colocação de dois contentores para a reciclagem de plásticos e de papel e acrescentou que já lá existia um recipiente para o depósito de garrafas de vidro. Assim sendo, agradecia que a Câmara Municipal procedesse à sua colocação.-----

----Referiu-se também à questão da água, dizendo que tinha visto uma reportagem, na televisão, a qual se reportava a um estudo realizado num concelho vizinho, o qual mencionava que havia água de particulares a entrar na rede pública. Perante isto, inquiriu se existiam válvulas de retenção, junto dos contadores, para evitar que tal acontecesse e se a câmara Municipal dispunha de meios para fiscalizar o desvio ilícito de águas da rede e ainda, se as taxas da água iam ser afetadas pela reestruturação das empresas das águas.-----

----**Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, Sr. Prof. Nelson Cadete, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----**

----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----**

----O Sr. **Presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção respondendo ao Sr. Gabriel Pinho, dizendo-lhe que, já tinha havido uma evolução, desde a última reunião da Assembleia a esta data, referindo que já só faltavam três acácias. --



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Com relação às palmeiras, informou que os serviços municipais lhes tinham estado a fazer um tratamento, no sentido de as reabilitar. Acrescentou que, e segundo informações que lhe foram transmitidas, tratava-se de uma doença que estava a atingir as palmeiras, por todo o país, havendo assim, outros municípios que se deparavam com o mesmo problema, estando também estes a tentar solucioná-lo. Quanto às palmeiras em domínio particular, informou que se iria agendar a sua remoção.-----

-----Relativamente às questões apresentadas pelo Sr. Eng.º André Monteiro, aclarou que as obras de saneamento, conforme tinha referido e bem, estavam algumas obras em curso, nomeadamente na Praia de Mira, no Casal de São Tomé, na Ermida e em Mira, acrescentando que outras mais estavam programadas, planeadas e projetadas, mas frisou que o Executivo Municipal não possuía dimensão financeira para as executar sem o apoio de fundos comunitários. Mais disse que as obras anteriormente referidas tinham sido candidatas, sendo que uma delas, a do Casal de São Tomé, estava aprovada, pese embora todas as dificuldades, nomeadamente com o cumprimento dos prazos e devido a problemas com o empreiteiro, de tal forma que tiveram de mudar de empreiteiro durante este percurso.-----

-----Continuou a sua intervenção lembrando que, quando entraram como Executivo acreditavam, e continuavam a acreditar, que iriam conseguir levar a obra até ao fim, assim como, iriam conseguir ligar aquele saneamento, com recurso ao POVT – Programa Operacional Temático de Valorização do Território –, com o qual tem tido bastantes dificuldades por incumprimento de prazos e por óbices inerentes à própria obra. Quanto à obra da Praia de Mira, disse que esta esteve candidata, mas como a sua candidatura tinha ficado sem efeito por falta de taxa de execução, resolveram voltar a candidatá-la, no final do ano transato, juntamente com a obra da Ermida e a de Mira, não havendo ainda resultados em relação a essas candidaturas, conquanto tenha



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

havido, nos últimos dias, pedidos de esclarecimento sobre estas. Portanto, considerava que a decisão, sobre este assunto, não deveria tardar.-----

-----Em relação aos parques infantis asseriu ter a noção de que o seu número era reduzido e que também entendiam que se tinha de fazer mais parques e proceder a intervenções, em alguns dos já existentes, pois estavam muito degradados, inclusive alguns tiveram de ser interditados, por imposição da A.S.A.E., devido a falta de condições. Neste sentido, informou ainda que tinham a intenção de construir outros parques, referindo que se tratava de uma questão de custos. Portanto, logo que possível tratariam deste assunto, embora considerasse que neste ano já fosse difícil, uma vez que a época balnear estava a começar. Assim, informou que, no próximo ano, iriam ver se conseguiam avançar com a construção de mais dois ou três parques, no âmbito da Rede de Parques Infantis, afirmando que se conseguissem fazer uma média de dois ou três parques por ano, daqui a algum tempo, teriam uma rede de parques infantis condigna.-----

-----Relativamente à intervenção do Sr. João Nogueira, agradeceu as suas palavras e também o alerta sobre a questão do muro, referindo que a iriam verificar e averiguar junto dos serviços técnicos qual era o ponto da situação. --

-----Com relação à localidade da Barra de Mira, mais especificamente, quanto à obra da Praia do Poço da Cruz, informou que falaram, por diversas vezes, com o empreiteiro e que lhe tinham feito todos os alertas possíveis. Acrescentou ainda que os técnicos camarários lhe faziam um acompanhamento diário.-----

-----Posto isto, referiu que a sinalização e o seu consequente cumprimento, em conformidade com o projeto da obra, era da responsabilidade do empreiteiro, embora o Executivo, por diversas vezes, o tenha alertado, em relação à falta de sinalização ou quanto à sua deficiente utilização. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Relativamente à intervenção do Sr. Dr. Carlos Castelhana, referiu ter tomado nota do pedido de contentores para papel e para plásticos, para a localidade do Cabeço de Mira, e acrescentou que iriam reforçar essa lacuna.---

-----Com relação à água, nomeadamente, quanto às válvulas de retenção e aos meios disponíveis, informou que seria o Sr. Vice-Presidente que responderia a essa questão.-----

-----Reportando-se às taxas, disse que o assunto já tida sido discutido, tanto em sessão da Assembleia, como também, em anteriores reuniões de Câmara. Prosseguiu dizendo que a questão, que com elas se prendia, era uma obrigatoriedade, ou seja, era uma imposição legal que as entidades lhes imponham de se mexer nas taxas, e consequentemente, nas taxas das águas. Acrescentou considerar que esta era uma discussão transversal a todas as forças políticas e a todos os partidos do Concelho, visto ser uma questão proporcional a todos e que representava implicações que a todos abrangeria, quer na sustentabilidade dos próprios recursos da água, quer na sustentabilidade do equilíbrio financeiro do Município. Mais disse que esta era uma questão que se propiciava à realização de uma assembleia temática, com uma discussão alargada sobre toda esta situação. Continuou, dizendo que, como era óbvio, as taxas e os preços da água, teriam de ser sempre ajustados. Mas, do seu ponto de vista, colocava-se aqui um grave problema de escala, pois o próximo quadro comunitário, na área dos recursos, ou seja, na eficiência dos recursos, tinha em grande conta esta questão, quer em termos da população abrangida, quer em termos de eficiência económica de todos os projetos. Posto isto, referiu que sozinho o Executivo teria dificuldades em atingir essa escala e por isso, só em conjunto com outros municípios, o mesmo seria possível.-----

-----Concluiu a sua intervenção, asserindo que estavam disponíveis, com todo o gosto, para discutir esta situação, considerando-a tão transversal e tão importante para a população, que requeria uma discussão política alargada e o



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assumir de um compromisso, por todas as forças políticas, face à importância do assunto, pois iria chegar uma altura em que a teriam de resolver -----

-----Interveio o Sr. Vereador **Nelson Maltez**, reportando-se à questão colocada pelo Sr. Dr. Carlos Castelhana sobre a existência de águas de particulares a entrar na rede pública, esclarecendo que, efetivamente, aquilo que se passou no concelho vizinho, embora desconhecesse qual o Município, também aqui no Município se tinha verificado o mesmo e informou que, ainda neste dia, se tinham notificado dois particulares para que corrigissem a situação.-----

-----Relativamente às válvulas de retenção de água, esta questão não se verificava, uma vez que a ligação da rede pública a furos era, pura e simplesmente, ilegal, quer com válvula ou sem ela, até porque não havia garantias de que estas funcionassem sempre. Mais disse que os contadores mais recentes já vinham equipados com um dispositivo que não permitia alterar o sentido normal da água. Informou que já se tinha procedido à substituição de 300 contadores e que existiam mais 5200 para substituir, mas não possuíam, nem meios humanos, nem meios financeiros para o fazer de uma só vez. Mais disse que, paralelamente a esta ação, e ainda neste dia, tinham mandado fazer selos para proceder à selagem dos contadores da água, isto porque quando os serviços municipais procediam a intervenções, depararam-se com muitas situações à margem da legalidade.-----

-----Concluiu a sua intervenção dizendo que este era um trabalho que estava a ser feito. -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** em exercício, Sr. Prof. Nelson Cadete, deu a palavra aos Membros da mesma para as habituais intervenções.

-----2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Interveio o Sr. Dr.ª **Ana Maria Laranjeiro** (MAR), sugerindo ao Executivo que procedesse à emissão da fatura eletrónica da água, aos munícipes que a requeressem, pois esta representaria ganhos, tanto a nível ambiental como a nível de logística.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Concluiu, parabenizando o Executivo pelas obras realizadas na rua Raul Brandão, pois esta já há muitos anos se encontrava em más condições de circulação, sendo quase intransitável. Posto isto e a título pessoal, na condição de utilizadora, agradeceu este melhoramento -----

-----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, dizendo que a sua intervenção se direcionava, principalmente, à execução e fiscalização do obras, desde a obra do Centro da Barra de Mira, as obras do Polis, especialmente, na freguesia da Praia de Mira, o prolongamento da Avenida do Mar, referindo que todas estas obras careciam de uma melhor fiscalização e de um acompanhamento mais efetivo, sendo claro que, em pontos bem diferentes e perspetivas também diferentes, dependendo daquilo que será alvo de análise. -----

-----Posto isto, referiu-se à obra do Polis, mais concretamente, à intervenção entre o Museu Etnográfico da Praia de Mira e o Clube Náutico. Disse saber que já se tinham iniciado os trabalhos de limpeza, contudo, a obra parecia inacabada, pois os espaços verdes deixavam muito a desejar e considerou que não seria só com o cortar das ervas que se iria conseguir retificar aquele espaço, que já há muito tempo precisava de uma intervenção e teve-a, através do programa Polis, mas, na sua opinião, esta não terá sido suficiente. -----

-----Relativamente à questão do centro da Barra de Mira mencionou que, há algumas semanas a esta parte, aí se tinha encontrado, por mera casualidade, com o Sr. Vereador e com o Sr. Eng.º Manuel Cruz e detetaram que os materiais que estavam a ser utilizados, estavam deteriorados e partidos. Acrescentou ainda que a obra estava em muito mau estado e que parecia uma obra velha. Quanto à compactação do solo, considerou que esta não estava bem feita, mas a obra continuava e os problemas no terreno também. Por tudo isto, afirmou que era importante haver uma intervenção urgente, nesta obra, caso contrário, daqui a algum tempo, ter-se-ia de arrancar tudo para se voltar a fazer. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quanto à Avenida do Mar, ou seja, a Avenida Arrais Batista Cera, no seu prolongamento para Sul, admitiu que esta era uma obra que qualquer partido, qualquer força política ou qualquer movimento defenderia, contudo, considerava que se tinham criado, com relação a esta, alguns problemas que eram desnecessários. A saber: o próprio traçado, sobre o qual já lhe tinham explicado o porquê, mas, mesmo assim, continuava a não concordar com este e, atualmente, com os problemas que a acumulação de areias iria causar no tráfego, sugeriu que esta situação devia ser tida em conta. Acrescentou ainda que, nos espaços verdes existentes nesta marginal, estes deviam ser muito bem analisados antes de neles se colocarem espécies que não perdurassem. -

-----Relativamente ao saneamento da Praia de Mira, embora todos soubessem que era uma obra que vinha do anterior mandato, à qual este Executivo tinha dado continuidade, assim como, a outras obras de saneamento, contudo, solicitou que esta fosse muito bem acompanhada, pois já estava a causar alguns problemas às populações. Acrescentou ainda que, no Bairro Norte, onde decorriam obras, existiam pontos que apresentavam graves problemas de acumulação de águas, referindo que, embora todos soubéssemos que era uma obra de saneamento, as estradas também precisavam de ser intervencionadas, considerando por isso que seria uma boa altura para os serviços técnicos da Câmara utilizarem esta necessária destruição de estradas para procederem a essa intervenção. -----

-----Reportando-se ainda aos espaços verdes, lembrou a rotunda da Praia de Mira e manifestou o seu contentamento pelas intervenções realizadas, em alguns espaços verdes, na freguesia da Praia de Mira, embora considerasse que se devia fazer uma melhor planificação dos projetos, ou seja, seria preferível terminar um antes de se iniciar outro. Deu como exemplo a rotunda da Praia de Mira, dizendo que as suas envolventes estavam por concluir. -----

-----Concluiu a sua intervenção lamentando-se devido à falta de sinalização, aspeto que era transversal a todas estas obras. E isto porque, a maior parte



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

destas teriam de ser danificadas, aquando da colocação da devida sinalética. Servindo-se do exemplo do Bairro da Valeira, que era outra obra na qual se teria de implantar essa mesma sinalética e quando isso acontecer, as calçadas teriam de ser novamente removidas. Assim, sugeriu ser preferível colocar primeiro a sinalética e então depois, fechar as calçadas.-----

-----O seu lamento foi extensivo à 2.^a Operação Jacinto-De-Água, referindo que já tinha feito parte da primeira vez em que esta se realizou, no dia 18 de Janeiro de 2014, organizada pela Câmara Municipal e que teve lugar na freguesia da Praia de Mira. Mais referiu que nessa altura ou pouco depois dessa data, demonstrou que estaria completamente disponível para colaborar com a Câmara, numa melhor planificação e organização desta mesma atividade. Contudo, voltaram-se a repetir algumas situações e a Junta de Freguesia da Praia de Mira recebeu um só único e-mail, com um tratamento distante, sobre uma situação que lhe dizia muito respeito, até porque, limpavam jacintos durante todo o ano. Posto isto, frisou que estavam totalmente disponíveis para colaborar e considerou que o envio de um só e-mail não era a forma de tratamento adequada.-----

-----Interveio o Sr. Dr. **Carlos Veríssimo** (PSD) referindo-se à possibilidade da futura instalação de uma fábrica de carvão vegetal no Montalvo, considerou que, apesar de ser uma mais-valia para o Concelho, causava sempre alguma preocupação, nomeadamente, com a poluição atmosférica e com os lençóis de água. Mais disse esperar que este cenário não se venha a verificar, ou seja, que estes possíveis efeitos negativos não se concretizassem e que a produção fosse limpa e ecologicamente correta, assim como, acompanhada por uma requisição de trabalhadores, de preferência especializados e com uma remuneração digna. Acrescentou ser necessário procurar o equilíbrio entre as questões ambientais, o desenvolvimento e a competitividade. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Concluiu a sua intervenção questionando o Executivo sobre o que equacionava fazer, por forma a garantir que toda a legislação, relacionada com esta matéria, fosse cumprida com rigor.-----

-----**Finda a segunda ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, Sr. Prof. Nelson Cadete, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.**-----

-----**2.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):**-----

-----O Sr. **Presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção respondendo à sugestão da Sr.ª Dr.ª Ana Maria Laranjeiro, dizendo que estavam a preparar a fatura eletrónica, anuindo que os custos com os correios eram exagerados. Mais disse estarem a tratar deste assunto, tal como, da nova fatura exigida pela ERSAR, para a qual já tinham preparado um modelo que só faltava ser aprovado pelos Órgãos. Após essa aprovação, então ai sim, iriam aproveitar para colocar também a fatura eletrónica e encetar uma campanha de esclarecimento, com o objetivo de levar as pessoas a aderir.-----

-----Em resposta à intervenção do Sr. Dr. Francisco Reigota disse que, como era óbvio, ao referir-se às obras – manifestando, desde logo, o seu contentamento pela quantidade de obras mencionadas, muitas delas realizadas na sua freguesia – estas traziam sempre problemas e implicavam alguns transtornos. Contudo, informou que o Executivo tem acompanhado o desenrolar das obras.-----

-----Em relação à obra do centro da Barra de Mira, explicou que existiam materiais que, neste momento, já estavam a ser substituídos e que ainda, neste dia, tinha havido uma reunião de obra, *in locu*, para que se procedesse à substituição de alguns materiais. Com isto, queria dizer que estavam atentos às obras, durante a sua execução. Nesta obra, como por exemplo, uma das passadeiras teve de ser retirada, pois o seu material não estava em condições, querendo com isto dizer que o estado de alerta tem sido permanente e diário,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assim como, a correção das dificuldades que iam surgindo. Neste sentido, mencionou o auto de receção provisório, o qual poderia não ser assinado, ou seja, poderiam não receber a obra, pois as patologias estavam lá e as recomendações ao empreiteiro estavam feitas por escrito e portanto, poder-se-ia chegar a esse ponto e não assinar o auto de receção. Mais disse que o mau era se não tivessem conhecimento das patologias, e como o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira tinha dito, e bem, aí se tinha encontrado com o Sr. Vereador, sendo isto sinal de que a obra estava a ser acompanhada.

-----Seguidamente parabenizou o Sr. Vereador pelo seu trabalho no terreno, realizando um efetivo e quase diário acompanhamento, libertando-o a si para se dedicar a outros assuntos. -----

-----Em relação à obra da Polis, referiu que partilhavam a mesma opinião, ou seja, em primeiro lugar e quanto à fiscalização, informou que só tinham uma reunião semanal e que esta era feita por uma empresa; em segundo lugar, existia um contrato de transferência da obra para o Município de Mira, no qual um dos encargos da empresa Edilages era a manutenção e que o Executivo teve de lhe exigir, através de carta com aviso de receção, para que viessem fazer os trabalhos de manutenção. Daí que se tenha deixado correr o prazo, com ameaça efetiva de se acionar a caução existente, no sentido de que se estes não fizessem as obras de reparação às quais estavam obrigados, teria de ser o Município a realizá-las e posteriormente, exigir-lhes essa caução e o pagamento. Como era óbvio, cumpriram-se todos os procedimentos legais, pois no caso de se ter de atuar, estes sejam obrigados a fazê-lo, sob o seu compromisso, o qual se verificou. No final de todo este processo e recorrendo ao caderno de encargos e à checklist, daquilo que deveriam ter feito, ir-se-ia comprovar se estava tudo em conformidade. -----

-----Corroborou as palavras do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, relativamente aos espaços verdes, considerando que alguns destes não estavam devidamente preparados, ressaltando que o que estava feito era



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o que o caderno de encargos contemplava, nomeadamente, em relação ao tipo de vegetação. Alegou que o facto de se ter de alterar o tipo de vegetação iria causar-lhes dificuldades, pois havia um período de dois anos de manutenção e obrigação. Mais disse que estavam atentos a estas dificuldades e que estavam a tentar ultrapassá-las, nomeadamente, já tinham equacionado um “plano B”, no sentido de ser o Município a realizá-las, pese embora o facto de que algumas destas intervenções terão mesmo de ficar a cargo do Município. Posto isto, disse que ficariam a aguardar que estes cumprissem o que lhes foi exigido. Acrescentou ainda que tiveram de ser cautelosos, para que posteriormente fosse possível pedir a devida indemnização.-----

-----Com relação às areias da Av. do Mar disse ainda haver trabalhos para fazer, tais como, paliçadas e implantação de vegetação para consolidação, de forma a impedir o aluimento de areias, entre outros. Neste sentido, informou que estes trabalhos estavam previstos e que se iriam fazer. -----

-----Quanto à seleção das espécies, referiu que têm tido o prazer da colaboração do Sr. Professor Doutor Fernando Páscoas, especialista da Universidade de Coimbra, que tem dado informações valiosas na escolha do tipo de espécies a implantar. -----

-----Relativamente às obras de saneamento, informou que também já tinham tido conhecimento de algumas situações relacionadas com a acumulação de águas, as quais tentaram corrigir. Mais disse que algumas destas não estavam contempladas na empreitada, pois, tal como foi dito e bem, esta obra vinha do anterior mandato e portanto, o caderno de encargos não as previa. Por isso, agora teriam de acautelar esta situação. -----

-----Em relação à questão da sinalética e mais especificamente, no Bairro da Valeira, informou que esta seria de simples colocação.-----

-----Por fim, reportando-se à 2.^a Operação Jacintos-de-Água, referiu que pensava, muito sinceramente, que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira não abordasse este assunto, até porque o e-mail enviado foi



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comum a todas as Juntas de Freguesia e considerou que podia ter havido uma resposta ou um diálogo. Ainda mais, depois do que se tinha passado no sábado anterior, no qual tinha decorrido uma homenagem aos Pescadores, pela qual lhe tinha dado os parabéns, mas lembrou que para esta cerimónia tinha sido convidado apenas no dia anterior a esta, às vinte e duas horas e por SMS. Mesmo assim, fez questão de estar presente, pois considerava que as instituições eram merecedoras do maior respeito. Em seguida, referiu que tinha estado presente, com todo o gosto e que lhe tinha dado os parabéns pela bonita cerimónia. Por tudo isto, pensava que este tipo de situação já estivesse ultrapassada.-----

-----Em relação às envolventes da rotunda da Praia de Mira, informou que estas estariam prontas antes do Verão. -----

-----Quanto à questão do Montalvo, explicou que o licenciamento industrial não passava pela Câmara Municipal, mas sim, pela Direção Geral da Economia, que classificava as indústrias em três tipos: tipo 1, tipo 2 e tipo 3, e esse licenciamento, de acordo com o pedido da empresa, poderia implicar um estudo de impacto ambiental. Portanto, se a indústria for de um determinado tipo, implicará este estudo, o qual será exigido pela Direção Regional da Economia e nesse caso, estavam acautelados.-----

-----Seguidamente referiu que o contrato-promessa estava assinado e era válido. Assim, agora estava ao cargo do Município fazer o loteamento e as infraestruturas, esperando que corresse tudo bem, sendo certo que o contrato-promessa foi assinado, o sinal foi pago e o dinheiro referente a este, já se encontrava na conta da Câmara. Restava agora aguardar serenamente para ver o que acontecia.-----

-----Posto isto e em jeito de conclusão, acrescentou que quanto ao estudo de impacto ambiental, seria a Direção Regional da Economia juntamente com o Ambiente, que tratariam do licenciamento e a Câmara apenas licenciaria a parte da construção. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** em exercício, Sr. Prof. Nelson Cadete, deu a palavra aos Membros da mesma para as habituais intervenções.

-----3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Interveio o Sr. Prof. **Paulo Grego** (PS) com relação à instalação da fábrica de carvão no Montalvo, tecendo sobre este assunto algumas considerações, nomeadamente, considerou que qualquer investimento que se queira fazer, em Mira, era sempre de louvar e tudo se deveria fazer no sentido de o aproveitar. -

-----Mais disse que, nem que fosse por uma questão de coerência com a sua postura, enquanto membro da Assembleia Municipal, por muito que fosse defensor do ambiente, considerava que as pessoas e consequentemente, os postos de trabalho deveriam estar sempre em primeiro lugar. Ainda neste âmbito, solicitou ao Executivo esclarecimentos sobre alguns pontos. Em primeiro, considerava que era um bom investimento, pois Portugal era deficitário na produção de carvão vegetal, razão pela qual era totalmente dependente dos seus produtores e salientou que os promotores desta nova fábrica conheciam muito bem o nicho de mercado onde pretendiam investir. Disse conhecer muito bem duas fábricas do género, em Portugal. Uma era só transformadora, na zona de Vendas Novas e era a principal importadora de carvão que vinha em contentores, de Cuba. Esta só o transformava, limpava e comercializava; a outra, em Santana do Mato, Coruche, era responsável por 80% da produção de carvão vegetal, em Portugal. Posto isto, alertou para o problema da poluição, embora soubesse que esta fábrica apostava na tecnologia “green”, supunha que esta os iria defender da poluição abundante, originada por este tipo de indústria. De seguida, manifestou o seu receio perante o investimento de 12.000 000,00€ (doze milhões de euros), pois, tendo em conta o seu conhecimento desta realidade, parecia-lhe que havia mais qualquer coisa, que não seria só o carvão vegetal, porque a fábrica à qual se referiu e que era responsável por 80% da produção nacional, não representava este investimento. Quanto ao retorno que poderá trazer para o Concelho de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mira, sabendo que a supracitada fábrica tem 15 empregados, temia que, em termos de criação de emprego, esta não fosse uma grande solução. Mais disse considerar que a área a ocupar, de 30 mil m², para este tipo de realidade e para um investimento de 12.000 000,00€ (doze milhões de euros), lhe parecia completamente desajustado. Mas, como era lógico, não lhe parecia haver segundas intenções, ou, um outro produto a ser fabricado, acrescentando que se o fosse, isso não constituiria nenhum problema, desde que desse origem à criação de empregos e desde que fossem respeitadas todas as normas. Seguidamente, referiu-se ao estudo de impacto ambiental, informando que, pessoalmente, nestes não confiava, pois existiam sempre pressões, de ambas as partes, no sentido destes serem favoráveis a quem os encomendava, sendo certo que este era o único instrumento de regulação existente, ou, de salvaguarda para quem fiscaliza.-----

-----Concluiu a sua intervenção dizendo que estas eram somente dúvidas que partilhava com todos e salientou que em nada era contra este investimento ou qualquer outro do género, antes pelo contrário, pois era sempre a favor. Posto isto, manifestou que a sua única dúvida residia no facto de ser uma área de tão grande dimensão e que implicaria um investimento muito forte para a Câmara, pois a execução das infraestruturas, na até agora “pseudo” zona industrial, e se não houvesse pelo menos para já, uma outra indústria interessada nos outros lotes, este seria um investimento enormíssimo para a Câmara Municipal e não teria, em termos imediatos, o retorno esperado, até porque considerava que a venda de 30 mil m² não daria nem para uma “migalha” do investimento que a Câmara Municipal teria de fazer nessa zona industrial, a não ser que optasse por executá-las apenas no lote que iria ser ocupado. -----

-----Terminou declarando-se favorável ao investimento, desde que este, posteriormente, não trouxesse um efeito negativo maior do que o efeito positivo podia trazer. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Interveio o Sr. **Pedro Nunes** (PSD) felicitando o Executivo pela celebração do 25 de Abril, com uma sessão solene que teve lugar na Casa do Povo. Neste sentido, referiu que esta era uma data histórica e parafraseando as palavras que alguém tinha proferido nessa mesma sessão: “não sabia o que era viver sem liberdade”. Acrescentou considerar que esta era uma data que não deveria ser facilmente esquecida, lembrando-a às gerações mais novas e celebrando-a, nem que seja só por intermédio da realização de uma sessão solene. -----

-----Seguidamente, manifestou o seu agrado por ter assistido a um grupo de cidadãos de Mira, os quais se tinham juntado num grupo musical - do qual fazia parte o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira -, e que o tinha feito recuar, a si e a todos quantos assistiam, à canção de intervenção, a qual foi um instrumento utilizado antes e depois dos acontecimentos de Abril. -----

-----Felicitou ainda o Executivo pela “Rota das Associações”, na pessoa da Sr.^a Vereadora, pela forma como esta tinha conduzido as reuniões, nas Juntas de Freguesia, juntando as decisões de cada Junta de Freguesia, tentando assim que as associações que estavam mais “adormecidas” pudessem, de facto, participar neste evento.-----

-----Por fim, concordou em pleno com as palavras do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, com relação às obras da Barra de Mira, mas aqui com um particular, pois ao que parecia e com provas dadas, a fiscalização era feita, mas a verdade era que, deviam ser referenciados pelos Executivos, para que não continuassem a criar problemas, especificamente, por falta de sinalização. -----

-----**Finda a terceira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, Sr. Prof. Nelson Cadete, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----**

-----**3.^a INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----**



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que, em resposta ao Sr. Prof. Paulo Grego, manifestou também as suas dúvidas, considerando, no entanto, a oportunidade como única. Concordou com a pertinência dos estudos de impacte ambiental, que impediam que fossem cometidos atentados ao meio ambiente, pese embora fosse difícil conseguir um equilíbrio entre o desenvolvimento e a proteção do meio ambiente. -----

-----Em relação ao investimento e à tecnologia “green” explicou que a empresa tinha feito uma candidatura a fundos comunitários designada “inovação produtiva” na qual usavam uma tecnologia inovadora que permitia produzir 1kg de carvão com 4kg de lenha, ao invés do processo tradicional que onde eram necessários 15kg de lenha. -----

-----Acrescentou que a questão do número de postos de trabalho, era deveras importante. -----

-----Referiu ainda que gostava que o assunto estivesse mais desenvolvido antes de o tornar público, o que não tinha sido possível, uma vez que tinha sido apresentado em reunião de Câmara. Acrescentou que havia um contrato-promessa, uma candidatura a fundos comunitários e um pedido de viabilidade na Câmara. -----

-----Quanto às vantagens do projeto, disse que a primeira era a localização, que iria servir para dar início às obras na Zona Industrial do Montalvo, cujas obras eram faladas havia 10 ou 15 anos e, se assim não fosse, continuaria a ser adiado. Outra das vantagens era, em tempo de escassez de fundos comunitários para apoio a áreas de localização empresarial, se já lá existisse indústria, a situação podia ser enquadrada como excecional, portanto se houvesse alguma candidatura que pudesse ser apresentada já tinha outro “peso”.-----

-----Acrescentou que as infraestruturas seriam feitas por partes, ou seja, à medida que surgissem interessados e que houvesse necessidade é que



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

preparavam mais lotes, isso para que não tivessem que investir muito de uma só vez. -----

-----Dirigiu-se ao Sr. Pedro Nunes e agradeceu as palavras em nome da Sr.^a Vereadora Dr.^a Dulce Cainé. Disse que a “Rota das Associações” já tinha começado, que era uma forma das associações demonstrarem todo o seu potencial e dinamizarem o tecido e a coesão social do território. Acrescentou que durante aquele mês havia uma intensa atividade de todas as associações, cultura, desporto, teatro e uma panóplia de eventos e, nesse contexto, deixou também uma palavra às associações que iam participar naquela iniciativa. -----

-----Terminou a sua intervenção endereçando um convite a todos os membros da Assembleia a estarem presentes nas atividades, sendo que seria uma semana por freguesia onde as associações do Concelho demonstravam a sua vitalidade. -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** em exercício, Sr. Prof. Nelson Cadete, deu a palavra aos Membros da mesma para as habituais intervenções.

-----4.^a INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Interveio o Sr. **Carlos Nora** (PS) que se reportou à Loja do Cidadão e à possibilidade daquele espaço abrir na Incubadora. Nesse âmbito manifestou-se a favor das Lojas do Cidadão, uma vez que concentravam serviços num mesmo espaço, o que era bom para a população, que podia mais rapidamente tratar de vários assuntos. No entanto, em relação àquela caso concreto, considerou que aquele serviço se devia localizar no Centra da Vila, argumentando que indo para uma zona “quase industrial”, fora do centro da Vila, seria muito mau para o comércio local. -----

-----Quanto às obras de requalificação da Avenida, disse que numa próxima oportunidade teria que ver bem o projeto e pedir mais esclarecimentos em relação ao mesmo. Nesse âmbito mostrou-se dececionado com as obras, sobretudo no que respeitava ao número reduzido de estacionamento. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Relativamente ao quiosque pediu ao Sr. Presidente da Câmara que explicasse a situação uma vez que tinha havido um concurso para atribuir a exploração do quiosque perto da Segurança Social e naquele momento passava para o início da Avenida, com um prolongamento do contrato por mais 5 anos. Considerou a situação injusta para outras pessoas, nomeadamente para os comerciantes do Centro Cívico e do Centro da Vila que podiam até estar interessados em concorrer.-----

-----Interveio o Sr. Dr. **João Luís Pinho** (PS) que, a propósito da “Operação Jacinto”, disse que qualquer dia deviam fazer a “Operação Ladrão” e explicou que, para quem não sabia, o ladrão era um tubo que permitia fazer o escoamento da água quando havia cheias. O mesmo acontecia com a SIMRIA, que regularmente fazia com que a Lagoa, que devia ser uma zona de banhos, se transformasse numa coisa que ninguém gostava de ter à porta de casa, sobretudo para quem lá vivia. -----

-----Apelou a que a situação fosse resolvida de uma vez por todas porque já bastava a questão dos cheiros, na zona sul da Lagoa. Caso contrário, afiançou, corria-se o risco de serem tomadas outras iniciativas por parte de populares que estavam um pouco desagradados com a situação, que era uma fossa a céu aberto, como era do conhecimento de todos, que, de tempo a tempo, descarregava.-----

-----Referiu a questão do abastecimento de água que, regularmente, na Lagoa causava problemas aos munícipes e às unidades hoteleiras, por exemplo, com grandes quantidades de roupa que se estragavam durante a lavagem.-----

-----Em suma, considerou que eram questões que gostaria que fossem resolvidas, que não eram propriamente novidade e que eram do conhecimento de todos.-----

-----Reconheceu que estava a ser feito um esforço enorme na questão do Casal de S. Tomé, mas se quando se faziam obras de saneamento, se projetassem também alterações a nível da rede de abastecimento de águas,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

rentabilizava-se o investimento e ajudava a que os munícipes tivessem, por vezes, mais simpatia por algumas medidas menos agradáveis.-----

-----Mencionou a limpeza da Vala do Regente Rei, que era muito mais estreita que a Vala Real e que o Canal de Mira, que já tinham sido limpas, disse que a vala já estava muito baixa e apelou a que se tentasse intervir de forma manual.

-----Relativamente à questão da Zona Industrial do Montalvo, referiu a importância de criar dinâmica na zona sul do Concelho, pese embora tivesse aludido à possibilidade de problema ambientais. -----

-----Terminou a sua intervenção perguntando se seria possível, ou se estava equacionada, alguma ligação daquela Zona Industrial à A17, à semelhança do que existia na “Ria Blades” em Vagos. -----

-----Agradeceu ainda à Junta de Freguesia de Mira pela limpeza das valetas na Lagoa.-----

-----**Finda a quarta ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, Sr. Prof. Nelson Cadete, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----**

-----**4.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----**

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que respondeu ao Sr. Carlos Nora que se o “Espaço do Cidadão” ficasse no centro da Vila os serviços seriam duplicados, uma vez que nenhum deles iria encerrar, nomeadamente Finanças, Segurança Social ou Conservatória. Acrescentou que alguns funcionários do Município tinham estado em formação, pelo que a abertura do Espaço estaria para breve. Disse ainda que se pretendia a descentralização dos serviços, e, por isso a localização proposta fazia mais sentido. -----

-----Em relação aos estacionamento, disse que podia mostrar o projeto e que estavam previstos mais lugares de estacionamento do que os existentes à data do início das obras. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quanto ao quiosque afirmou que existia uma concessão válida por mais 2 anos e, devido às obras, havia a necessidade de localizar o quiosque noutro espaço. Uma vez que a concessão estava válida, com possibilidade de a renovar por mais cinco anos, teriam que indemnizar o concessionário se ele fosse obrigado a sair da sua concessão. A alternativa tinha sido alterar o local de implantação do espaço, sem investimento público, uma vez que o concessionário fazia o investimento no quiosque. Findo o período de concessão, o Município tinha opção de compra sobre o equipamento, com uma depreciação de 2% ao ano. Para além da opção de compra, disse, tinha sido imposto ao concessionário a colocação de duas instalações sanitárias de utilização pública, bem como a paragem dos táxis, existente naquele espaço antes das obras.-----

-----A respeito das acessibilidades do Montalvo, disse que tinha uma reunião marcada com a ASCENDI, embora com pouca esperança de que pudesse vir a conseguir um acesso devido às inerentes exigências técnicas, nomeadamente a extensão das faixas de aceleração e de redução, bem como pelos montantes que a questão envolvia. Nesse sentido acrescentou que tinha pedido aos serviços para fazerem um trajeto alternativo que permitisse a ligação entre o Montalvo e a rotunda dos Leitões. -----

-----Interveio o Sr. Vereador **Nelson Maltez** que reconheceu a questão da SIMRIA, que era um problema para o qual já tinha sido alertado por alguns munícipes, que se repetia no Casal e nas Cavadas. Acrescentou que o que devia ser uma descarga de emergência começava a ser demasiado repetitivo. -

-----Nesse âmbito, disse ainda que o Sr. Presidente da Câmara tinha ponderado entrar com uma ação contra a SIMRIA, mas os caudais negociados já estavam saturados e o contrato com a SIMRIA não previa a ligação de parte do concelho, nomeadamente Ermida, parte de Carromeu, bem como qualquer das aldeia da faixa nascente, até aos Carapelhos.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Face ao exposto, disse que o Executivo considerava que o melhor era negociar ou ponderar a execução de mini ETAR's para que se pudesse fazer o resto do saneamento.-----

-----Acrescentou que Cantanhede se tinha antecipado a Mira, com uma cobertura quase total do seu território, e que tinha negociado um caudal mais elevado.-----

-----Contudo, mencionou que não acreditava que a SIMRIA tivesse razão, principalmente pelos momentos em que ocorriam os problemas, mas que existiam, tinham contagens automáticas e registos, para além de outros problemas que existiam no Concelho, nomeadamente águas pluviais ligadas ao saneamento e resolvê-los a todos era muito complicado. -----

-----Afirmou ainda que o Sr. Presidente da Câmara, juntamente com técnicos dos serviços, reunia com a SIMRIA mensalmente com vista à resolução do problema. A SIMRIA tinha já adotado algumas medidas corretivas, pese embora fosse necessário pensar numa solução para aquela situação.-----

-----Em relação à limpeza das valas, disse que estava a ser fiscalizada pela ARH e pelo ICNF, que se fazia a limpeza das margens, retiravam-se árvores que estivessem em risco de cair, que em alguns sítios, na Vala do Regente Rei na Praia de Mira teria que haver um reforço dos taludes laterais e que se regularizava o fundo das valas sem as afundar. Nesse sentido sugeriu que se verificasse no limite do Concelho que em Cantanhede tinham o mesmo nível. --

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** em exercício, Sr. Prof. Nelson Cadete, deu a palavra aos Membros da mesma para as habituais intervenções.

-----5.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Interveio o Sr. **Carlos Nora** (PS) que, relativamente ao Espaço do Cidadão, perguntou se ia haver uma duplicação de serviços públicos, uma vez que não se pretendia encerrar serviços.-----

-----Interveio o Sr. Dr. **João Luís Pinho** (PS) que disse que, por lapso, o Sr. Vereador Nelson Maltez não tinha respondido à questão da água de consumo



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

público, muitas vezes com cor acastanhada e que criavam problemas a munícipes e a nível das unidades hoteleiras. -----

-----Relativamente à SIMRIA, afirmou que um contrato entre duas partes, públicas ou privadas, nunca se poderia sobrepor a normativas europeias a nível ambiental e que aquela situação era um crime ambiental, assim como não podia impedir a resolução do problema, que não podia continuar.-----

-----Nesse âmbito solicitou veementemente que a Assembleia Municipal tomasse uma posição para que se fizesse pressão junto das entidades envolvidas e que se manifestasse algum desagrado perante o Ministério do Ambiente, porque a situação era grave demais para continuar a ser ignorada, que era um problema que afetava não só a Lagoa de Mira, mas a parte nascente do Concelho, -----

-----Interveio o Sr. Prof. Doutor **Fernando Regateiro** (PS) começou por referir a sua ausência nas comemorações do 25 de Abril. -----

-----Começou por se congratular com a iniciativa do Município na celebração da referida data e teceu considerações relativas à mesma. -----

-----Nesse âmbito, disse que celebrar o “25 de Abril” era uma exigência do passado, pelos que tinham lutado pela liberdade e pela democracia; uma exigência do presente para tributar o honor e a admiração pelo passado; e uma exigência do futuro, que o presente tinha que assumir para se fazer a ponte entre o passado e o futuro e demonstrar aos vindouros que efetivamente era uma data importante. -----

-----Acrescentou que o “25 de Abril” não se tinha esgotado e que permanecia na defesa do Serviço Nacional de Saúde, na organização sustentável e segura da Segurança Social, num programa económico-financeiro que desse solidez e reorganizasse a dívida pública, de uma forma coerente e que retirasse as exigências de uma austeridade severa e desnecessária. -----

-----Mencionou a Sr.^a Deputada Inês Medeiros, do PS, e criticou a sua postura nomeadamente numa entrevista que considerou lamentável e afirmou que não



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinha nenhuma qualidade para o exercício que estava a assumir, o que claramente tinha demonstrado na referida entrevista. -----

-----Lamentou a mentalidade de alguns Deputados da Assembleia da República, cuja postura classificou de inadequada e nesse sentido referiu a posição do PS na defesa da população. -----

-----Referiu ainda a liberdade e a desigualdade que existia em Portugal, em termos de distribuição da riqueza.-----

-----Terminou a sua intervenção com uma palavra de esperança, afirmando que, para si, o “25 de Abril” era ser diferente, saber que podia reclamar o seu direito a ser diferente, mas sobretudo era saber que com a diferença do outro e com a sua diferença podia fazer um Portugal melhor.-----

-----Finda a quinta ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, Sr. Prof. Nelson Cadete, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

-----5.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que respondeu que não haveria duplicação de serviços, que aquele Espaço seria postos de atendimento com acesso informático a uma série de serviços, alguns dos quais existiam em Mira, como as Finanças e a Segurança Social, mas outros não, como o IMTT, a ACT, entre outros, mas que os existentes não iam encerrar.-----

-----Quanto à intervenção do Dr. João Luís Pinho, subscreveu-a integralmente e considerou que a Assembleia Municipal podia até naquele próprio dia responder ao repto, que o próprio o faria chegar à SIMRIA.-----

-----Interveio o Sr. Vereador **Nelson Maltez** que afirmou que não tinha dito que um contrato com a SIMRIA se sobrepunha a legislação de proteção ambiental e que tinham sido apresentadas queixas à SEPNA, que fazia um relatório que, por sua vez, enviava ao Ministério do Ambiente. Contudo, disse, estavam a



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

lidar com uma subsidiária das Águas de Portugal, portanto todo o esforço que viesse da Assembleia Municipal era bem-vindo. -----

-----Quanto à questão da água, pediu desculpa pelo lapso e respondeu que a situação era conhecida, não era recente, que era um problema de ferro e manganês na água que era captada superficialmente na Lagoa, que não se verificava na captação da Praia de Mira, na água que vinha de Cantanhede, nem nos furos de profundidade. Clarificou que o ferro e o manganês se depositavam na tubagem e que sempre que havia uma rutura, e tinha havido muitas, tudo o que se encontrava depositado na conduta tinha tendência a ser arrastado. Face a essa situação, os funcionários procuravam fazer uma descarga de alguma água, mas não era suficiente. -----

-----Concluiu o assunto afirmando que estavam a estudar o problema e que a solução passava pela execução de um novo furo em profundidade ou pela instalação de um sistema de filtragem, pelo menos da água das captações superficiais. -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** em exercício, Sr. Prof. Nelson Cadete, que solicitou ao MAR e ao PSD que manifestassem a sua posição em relação à proposta do Dr. João Luís Pinho. -----

-----Interveio o Sr. **Pedro Nunes** (PSD) que disse que o PSD subscrevia a proposta. Afirmou que não conhecia a situação, mas conhecia outra, a norte do Orbitur da Praia de Mira, onde as próprias chaminés montadas pela SIMRIA tinham um cheiro nauseabundo, em plena floresta. -----

-----Face ao exposto propôs que naquele mesmo dia se elaborasse um documento a fim de ser enviado para as entidades competentes, pese embora tivesse considerado que tinha um valor relativo, mas que era mais uma forma de pressão. -----

-----Interveio a Dr.ª **Ana Maria Silva** (MAR) que subscreveu também a proposta e disse que estavam totalmente de acordo com o que tinha sido dito. -



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Interveio o Sr. **Gabriel Pinho**, Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, que disse que também subscrevia a proposta. -----

-----Quanto à água referiu a falta de qualidade e os estragos que, por vezes, ocorriam devido à presença de ferro que lhe conferia uma cor acastanhada e, na lavagem da roupa, a deixavam inutilizada. -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** em exercício, Sr. Prof. Nelson Cadete, que perguntou se estavam todos de acordo com a votação da proposta do Dr. João Luís Pinho (PS), a quem pediu que a lesse -----

-----Interveio o Sr. Dr. **João Luís Pinho** (PS) que leu o seguinte texto que se transcreve na íntegra:-----

-----*“A Assembleia Municipal de Mira, sob proposta de todas as bancadas, solicita a rápida resolução dos problemas que ocorrem com regularidade nas estações de bombagem do Concelho, a cargo da SIMRIA.*-----

-----*O problema da recorrente libertação de efluentes nos cursos de água do Concelho de Mira é algo a que esta Assembleia Municipal está profundamente sensibilizada, vindo assim por este meio, reforçar o sentir das populações, solicitando a rápida resolução desta questão, que se manifesta num autêntico atentado ao património ambiental concelhio, com todos os prejuízos que daí certamente advêm.* -----

-----*Assembleia Municipal de Mira,* -----

-----*Mira, 29 de abril de 2015”* -----

-----**VOTAÇÃO** -----

-----A proposta foi **aprovada por unanimidade.** -----

-----Seguidamente, cerca de 20h20, verificando-se a presença do Sr. Dr. Mário Ribeiro Maduro, procedeu-se à recomposição da Mesa da Assembleia Municipal, tendo o mesmo assumido as respetivas funções de Presidente, sendo secretariado pelo Sr. Prof. Nelson Cadete, 1.º Secretário, e pela Sr.ª Eng.ª Regina Serrano, 2.ª Secretária.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Artigo 53.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): -----

-----**PONTO UM: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

-----**Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento:**-----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que salientou a continuação dos pagamentos em atraso e a favorável evolução da dívida.-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais.-----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **André Monteiro** (MAR) que referiu que era sempre bom ter um relatório assim como aquele, extenso, lamentando não ter os recursos humanos e logísticos necessários para fazer uma análise mais detalhada do mesmo. Contudo mostrou-se satisfeito pela diminuição da dívida de longo prazo e dos pagamentos em atraso.-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **Calisto Coquim** (PS) que, contrariamente ao que tinha referido o Sr. Eng.º André Monteiro, fez um repto para que fosse possível ter um relatório legível com cerca de dez páginas, o suficiente para que se percebesse a informação mais relevante a reter.-----

-----Referiu que as contas e o valor da dívida datavam de 31/01 e perguntou qual a explicação para aquele hiato de tempo.-----

-----Interveio o Sr. Prof. **Paulo Grego** (PS) que começou por mencionar também a questão das datas e concordou com aquele tipo de relatório extenso, considerando que era uma forma de perceber o que se passava no Município. Contudo, reiterou que havia informação repetida, bem como outras situações que se repetiam em algumas divisões.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Mencionou que o relatório era trabalhoso e podia eventualmente não ser encarado como prioritário pelos funcionários que, com muito trabalho, podiam por vezes tentar “despachar” o máximo, cometendo alguns erros do tipo “copy – past”. -----

-----**Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.** -----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):** -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que disse que também gostava de um relatório mais completo. Acrescentou que para os serviços que o tinham elaborado muitas vezes era difícil ser sucinto. -----

-----Quanto à questão dos erros, disse que tentavam sempre corrigir. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto dois da ordem do dia, dado não haver mais intervenções. -----

-----**PONTO DOIS: Apreciação e votação, nos termos do previsto na alínea I), do n.º 2, do art.º 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, dos documentos de prestação de contas do ano de 2014 e apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do ano de 2014 e a respetiva avaliação.**

-----**Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento:** -----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que destacou os pagamentos em atraso, a zero desde setembro de 2014, cuja situação se mantinha, pese embora com algumas dificuldades para não deixar ultrapassar os 90 dias. -----

-----Referiu novamente a execução orçamental que, não sendo a ideal, estava muito perto, com cerca de 70%. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quanto à receita de capital, disse que se prendia essencialmente com os fundos comunitários. -----

-----Em relação ao projeto SAMA, afirmou que tinha havido algumas dificuldades na sua implementação durante o ano anterior, e que durante o corrente ano estaria já com 360.000€ (trezentos e sessenta mil euros) de receita de capital. Comparativamente, no ano anterior tinham realizado cerca de 50.000€ (cinquenta mil euros). A título de exemplo, disse que ainda naquele mês de abril tinham submetido um pedido de pagamento de 100.000€ (cem mil euros) de faturas que já tinham sido pagas e que iam também submeter um pedido de pagamento de cerca de 75.000€. Portanto, havia uma série de contingências, como era o facto de haver transição de quadros comunitários e de estarem a executar algumas obras cuja receita de capital tinha sido prevista e não executada. -----

-----Acrescentou que em 2013, quando tinham feito o Orçamento para 2014, tinham previsto algumas receitas, nomeadamente a nível do saneamento, que pouco ou nada tinham sido executadas, pelo facto de não ter havido fundos comunitários. -----

-----Salientou a diminuição da dívida orçamental em cerca de 25%, o que considerou uma diminuição substancial, e a redução do número de funcionários, num total de 7, pese embora se tivesse registado um ligeiro aumento das despesas com pessoal, que justificou pelo acórdão do Tribunal Constitucional que tinha vindo repor as reduções remuneratórias nos salários abaixo dos 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) e com a reposição do pagamento integral do subsídio de férias. -----

-----Destacou o IMI, onde não se tinha verificado grande alteração e referiu um ligeiro aumento na rubrica de loteamentos e obras, o que considerou que indicava que a economia começava a dar alguns sinais. -----

-----Fez ainda referência à situação da AIBAP, que no ano anterior refletia um cenário de insolvência, e naquele momento, com a renegociação do contrato



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com a Caixa Geral de Depósitos e com o acordo estabelecido com quase todos os credores, o referido perigo não existia. -----

-----Terminou acrescentando que considerava aqueles os dados mais importantes daquele documento, para além de haver um saldo de gerência de 280.000€ (duzentos e oitenta mil euros).-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais. -----

-----1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **André Monteiro** (MAR) que, reportando-se à página 85 onde constava a compra de equipamento administrativo, disse que tinha algumas dúvidas em relação ao equipamento informático, porque os valores, mesmo que tivessem sido comparticipados, eram valores bastante altos. Referiu a título de exemplo 13.000,00€ (treze mil euros) para um servidor e serviços de correio eletrónico, e disse que ficava bem mais barato contratar uma plataforma como o Google. Perguntou, por isso, como podia obter mais informações em relação àquelas aquisições de material informático.-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **Calisto Coquim** (PS) que referiu a necessidade de questionar algumas matérias para que os restantes Membros da Assembleia pudessem também analisar a situação de outro prisma. -----

-----Considerou bom o facto de se ter chegado ao fim do ano com um resultado positivo, pese embora também encontrasse naquele documento sinais menos bons.-----

-----Começou pelas receitas correntes, as quais disse que, na sua maior parte, eram provenientes do FEF, que eram verbas variáveis e que tinham vindo a subir, o que considerou, por um lado, positivo e sinal de que estavam a cativar dinheiros públicos para o Município; por outro lado, podia ser negativo, caso falhasse.-----

-----Analisou as receitas correntes, que em 2011 eram cerca de 3,6M€ (três milhões e seiscentos mil euros); em 2013, 4,2M€ (quatro milhões e duzentos



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mil euros); e, em 2014, 4,4M€ (quatro milhões e quatrocentos mil euros); o que considerou bom, desde que continuasse a acontecer. -----

-----Quanto às receitas de capital, disse que tinham baixado muito e fez uma análise das transferências de capital entre o ano 2011 e 2014, respetivamente 2,5M€ (dois milhões e quinhentos mil euros) e 600.000€ (seiscentos mil euros). Nesse âmbito perguntou se estava a acontecer alguma coisa que não gostavam de assumir, e disse que os números mostravam que as receitas de capital estavam de facto a sofrer um revés. -----

-----Afirmou que a execução do Plano Plurianual de Investimentos em 2014 tinha sido muito baixa, o que o Sr. Presidente da Câmara já tinha referido. Contudo fez questão de alertar que as duas rubricas principais a que correspondia a grande parte do valor, uma delas era o ordenamento do território, só tinha sido cumprida em 20% e outra relativa ao saneamento, tinha-se ficado pelos 10%, valores que considerou irrefutáveis. -----

-----Quanto à relação entre a receita e despesa de funcionamento, sublinhou que os valores tinham passado de 71%, em 2011, para 59%, em 2014, o que considerou serem sinais para a gestão. -----

-----Salientou ainda a dívida a longo prazo, que tinha vindo sistematicamente a ser reduzida, o que considerou bom. O mesmo já não acontecia com a dívida a curto prazo, que tinha tido uma inflexão que considerou bastante boa, mas que tinha passado de 900.000€ (novecentos mil euros), no final do ano, para 1.200.000€ (um milhão e duzentos mil euros). Nesse âmbito perguntou se havia novamente uma subida na dívida de curto prazo. -----

-----Interveio o Sr. **Pedro Nunes** (PSD) que disse que não concordava totalmente com a interpretação do documento apresentada pelo Sr. Eng.º Calisto Coquim e que o Sr. Presidente da Câmara tinha apresentado os factos mais relevantes. Nesse sentido referiu a redução da dívida de longo prazo para 550.000€ (quinhentos e cinquenta mil euros) num ano, o facto de não haver pagamentos em atraso, com obras no terreno e considerou um resultado



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

líquido de 280.000€ (duzentos e oitenta mil euros) como significativo. Referiu ainda a questão da AIBAP e a redução na dívida orçamental em cerca de 25%.

-----Concluiu que tudo aquilo só poderia traduzir o rigor que aquele Executivo tinha colocado na gestão autárquica. -----

-----Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que solicitou ao Sr. Eng.º André Monteiro que lhe enviasse um email com as questões relacionadas com o material informático para ele reencaminhar para os serviços técnicos para lhe poder dar resposta.-----

-----Em relação à referência da página 85 disse que se tratavam de exigências do projeto SAMA, mas que em relação aos preços não sabia responder. -----

-----Agradeceu os comentários do Sr. Eng.º Calisto Coquim e registou as chamadas de atenção. Contudo, disse que tinha alguns esclarecimentos a fazer. -----

-----Nesse sentido disse que a inversão das receitas correntes se devia às transferências do FEF, que numa dada altura eram de 60% para correntes e 40% para capital, tinham passado para 80% - 20% e no presente ano eram de 90% - 10 %, ou seja, as receitas correntes tinham subido devido a uma alteração legislativa.-----

-----Em relação ao Plano Plurianual de Investimento disse que em 2010 e 2011 tinham sido executados respetivamente 19,1% e 27%, o que não queria dizer que fosse bom ou mau, mas esperava que no próximo Orçamento aquilo não acontecesse, isso porque existia um quadro no site do Portugal 2020 onde constavam os avisos de abertura das candidaturas, ou seja, sabiam com o que podiam contar, sabiam o que ia abrir e o que podiam inscrever em orçamento. -



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Acrescentou que desconhecendo as candidaturas que iam abrir, tinham optado por inscrever rubricas na perspectiva de que abrissem as respetivas candidaturas, mesmo não sendo o mais correto. Deu como exemplo que no dia 08 de dezembro de 2014 tinha aberto o aviso de candidaturas ao POVT e tinham conseguido fazer três candidaturas, duas das quais, a da Ermida e a de Mira, tinham conseguido fazê-las e candidatá-las porque estavam inscritas, estavam previstas, caso não estivessem já o não tinham conseguido fazer. Obviamente que num cenário de perfeição o ideal seria só estar em rubrica o que iam executar, mas perante aquele cenário se assim não fosse não conseguiam fazer nada.-----

-----Quanto à dívida de curto prazo explicou que, pese embora houvesse períodos em que aquele valor pudesse ser maior ou menor, consoante conseguissem pagar mais ou menos, mas não podiam ultrapassar os 90 dias. Nesse sentido, disse que o valor referido pelo Sr. Eng.º Calisto Coquim de 1,2M€ (um milhão e duzentos mil euros), 700.000€ (setecentos mil euros) diziam respeito a um processo judicial da construção da variante que dava acesso à “Acuinova”, executada em 2008 ou 2009, ou seja, a dívida andaria em 500 ou 600.000€ (quinhentos ou seiscientos mil euros). No mês seguinte, disse, aqueles valores diminuía porque entrava dinheiro do IMI, mais 50.000€ (cinquenta mil euros) que tinham entrado do fibrocimento, que já tinha sido feito em agosto, e só tinham sido pagos naquela altura; esperavam que dessem entrada, do projeto SAMA, cerca de 100.000€ (cem mil euros), o que dava uma margem para fazer alguns pagamentos. -----

-----Concordou com a questão das despesas de funcionamento, mas em relação ao ano de 2013 disse que tinham conseguido uma melhoria de cerca de 5%, o que não sendo o ideal, era já uma melhoria. -----

-----Em relação à execução, considerou as receitas correntes as mais importantes, e disse que uma Câmara como a de Mira, com a receita corrente que tinha para conseguir fazer algumas obras tinha que ter uma receita de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

capital anual de cerca de 1,5 a 2M€ (um milhão e quinhentos mil euros a dois milhões de euros), ou seja, só com apoios comunitários é que podiam fazer algumas obras. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais. -----

-----2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **Calisto Coquim** (PS) que perguntou qual era o valor da dívida a curto prazo naquele momento. -----

-----Realçou novamente a relação entre a receita e a despesa correntes e afirmou que falar em percentagem podia esconder números e que em 2014 a despesa tinha sido cerca de 3,7M€ (três milhões e setecentos mil euros), enquanto que a receita tinha sido aproximadamente 2,2M€ (dois milhões e duzentos mil euros).-----

-----Acrescentou que estavam a falar de número elevados e que era bom que o Executivo estivesse a contrariar aquela tendência. -----

-----Finda a segunda ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

-----2.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----Respondeu o Sr. **Presidente da Câmara** que era difícil intervir porque havia um défice entre a despesa e a receita correntes, o que assumiu como uma dificuldade. -----

-----VOTAÇÃO -----

-----Submetido a votação, o ponto dois da ordem do dia foi o mesmo **aprovado por maioria**, com as abstenções dos elementos do Partido Socialista e os votos a favor dos elementos do Partido Social Democrata, do Movimento Autárquico de Renovação e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos. Não se registou qualquer voto contra. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto três da ordem do dia. -----

-----**PONTO TRÊS: Aprovação, nos termos preconizados da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da 1.ª revisão orçamental e 1.ª revisão às GOP's – Ano de 2015.**-----

-----Foi dada a palavra ao Sr. **Presidente da Câmara** para explicar o documento: -----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que explicou que a incorporação do saldo de gerência era de 280.675,00€ (duzentos e oitenta mil seiscentos e setenta e cinco euros), quase todo ele para despesas correntes, pese embora existissem previsões que era preciso ajustar nomeadamente com a ERSUC e a SIMRIA, para obras complementares e despesas correntes.-----

-----Quanto à despesa de capital referiu a inscrição de obras no valor de 30.000€ (trinta mil euros) e de 20.000€ (vinte mil euros), nomeadamente o Cemitério da Praia de Mira e a requalificação do Largo da Presa. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais. -----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **Calisto Coquim** (PS) que começou por dizer que já na anterior revisão orçamental tinha referido que aquela era uma questão de gestão da Câmara. -----

-----Salientou a atribuição de mais 40.000€ (quarenta mil euros) para as refeições, mais 50.000€ (cinquenta mil euros) para a ERSUC e mais algum para o saneamento. -----

-----Acrescentou que, se fosse para obras, no caso do ordenamento do território, por exemplo, para fazer mais uma estrada, se devia fazer conforme a disponibilidade e que, se houvesse um dinheiro extra para depois as executar, não precisavam de estar planeadas. Mais disse, que o contrário não devia



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acontecer, nomeadamente em relação ao valor das refeições e da ERSUC, que podiam indiciar que houvesse um défice de planeamento. Nesse âmbito solicitou ao Executivo que esclarecesse melhor o que tinha motivado as alterações. -----

-----Interveio o Sr. **Dr. Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que mostrou agrado pela inclusão de uma rubrica para a obra do Cemitério da Praia de Mira. Contudo desde 2013 que alertava para a situação, que já poderia ter sido acautelada aquando da aprovação do orçamento, em dezembro.-----

-----Reiterou ainda que o Cemitério da Praia de Mira já não tinha espaço e ia acabar por chegar a uma situação de algum desconforto, tanto para a Junta de Freguesia, como para o Executivo, mas sobretudo para a comunidade, pelo que sublinhou a necessidade incontestável de acelerar o processo.-----

-----**Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.** -----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):** -----

-----O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu ao Sr. Eng.º Calisto Coquim que tinha sido um lapso dos serviços, o montante relativo às refeições.-----

-----Em relação ao resto, disse que eram previsões e que, em relação à SIMRIA, à cautela, era melhor reforçar a verba naquele momento do que chegar ao final do ano e ficarem aflitos por 10 ou 15.000€ (dez ou quinze mil euros). O mesmo acontecia em relação à ERSUC. -----

-----Quanto à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, disse que era efetivamente uma verdade, mas que também desde 2013 estavam em conversação e tinha havido um caminho a percorrer até àquele momento, desde a desafetação da REN, ao ICNF. Acrescentou que era um



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

trabalho que não estava feito e tinha que o ser para naquele momento reunirem condições para avançar. -----

-----VOTAÇÃO-----

-----Submetido a votação, o ponto três da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com uma abstenção do elemento do Partido Socialista, Sr. Carlos Nora e os restantes votos a favor.-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto quatro da ordem do dia. -----

-----PONTO QUATRO: Aprovação, ao abrigo do disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º, in fine, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, conjugado, com as devidas adaptações, com o disposto no n.º 3 do artigo 56.º e n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, da renegociação do empréstimo contratualizado pela Associação Incubadora do Beira Atlântico Parque. -----

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento:-----

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:-----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que, reportando-se ao contrato de renegociação da dívida da AIBAP, referiu que havia redução de juros remuneratórios, em 54.000€ (cinquenta e quatro mil euros), e de despesas, em mais de 30.000€ (trinta mil euros). -----

-----Considerou que o facto mais relevante era o aumento do prazo de pagamento e a redução do spread de 3 para 2%, o que significava que ao aumentar o prazo ia ter um reflexo financeiro bastante elevado. -----

-----Acrescentou que tinham tentado negociar um perdão de capital, mas a avaliação do imóvel tinha sido superior à dívida de capital, portanto não tinham conseguido aquele objetivo. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Concluiu a sua intervenção tendo dito que, numa Assembleia-Geral da AIBAP, o representante da Caixa de Crédito Agrícola Ihes tinha dado os parabéns pela renegociação que, naquele cenário, tinham conseguido fazer. ---

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais. -----

-----1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Interveio o Sr. Prof. Doutor **Fernando Regateiro** (PS) que solicitou esclarecimentos nomeadamente em relação à alínea d) da proposta, onde constava: “*O empréstimo será reembolsado em 15 anos (por alargamento substancial do prazo em vigor) contados a partir de 11-08-2014 com um saldo devedor àquela data de €1.640.055,79 e taxa de juro nas condições contratuais em vigor (Eur 6M+3%)*”.-----

-----Portanto os 2% a que o Sr. Presidente da Câmara se tinha referido eram os que tinham sido retroativamente aplicados de 3 para 2% até 2014, porque o que estava lá escrito era que passava a vigorar “*Euribor + 3%*”.-----

-----Mais disse que 35.000€ (trinta e cinco mil euros) trimestralmente, se estivesse a interpretar bem, dava 140.000€ (cento e quarenta mil euros) por ano, o que correspondia a 10% do investimento de capital que a Câmara pretendia fazer anualmente. Nesse âmbito, perguntou qual era o retorno e a justificação para aqueles 10%, salientando que ao fim de 15 anos aquele valor ascendia a 2,1M€ (dois milhões e cem mil euros). -----

-----Afirmou que, na sua perspetiva, era muito difícil de perceber.-----

-----Acrescentou que àqueles 140.000€ (cento e quarenta mil euros) tinham que adicionar os custos de financiamento, os custos de manutenção e toda uma série de custos indiretos. Porque aqueles valores eram só para a Caixa Geral de Depósitos, portanto era muito mais de 10% da despesa de capital do Município que iam ser absorvidos para aquela finalidade. -----

-----Concluiu a sua intervenção perguntando se se justificava ou se era preferível, tal como já tinham aprovado naquele órgão, a insolvência. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Interveio o Sr. **Pedro Nunes** (PSD) que discordou com a intervenção do Sr. Prof. Doutor Fernando Regateiro, a propósito do retorno do investimento. Mais disse que não contestava os 10%, mas, se fossem por aquele caminho, não se fornecia água ao munícipe, porque ia dar prejuízo, ou fechava-se a piscina, porque dava prejuízo.-----

-----Interveio o Sr. Prof. Doutor **Fernando Regateiro** (PS) que respondeu que era evidente que se tratavam de planos completamente diferentes, que havia benefícios intangíveis óbvios com o funcionamento da piscina e com o fornecimento de um bem indispensável, que era a água, sem a qual não se podia viver. Mas se era por causa da Loja do Cidadão, tanto podia instalar-se naquele edifício, como noutro no centro da Vila, que até fazia mexer mais a economia e não custava 12.000€ (doze mil euros) por mês. -----

-----Acrescentou que a argumentação aduzida pelo Sr. Pedro Nunes não era séria do ponto de vista intelectual. -----

-----O Sr. **Pedro Nunes** (PSD) respondeu que parecia que estavam contra a recuperação daquele edifício, no estado degradante a que ele tinha chegado. --

-----“A culpa não podia morrer solteira”, mas o edifício tinha sido recuperado e, de facto, não era só a Loja do Cidadão, mas também a Universidade de Coimbra, bem como outras empresas que lá quisessem “incubar”. Mais disse que era um espaço que dignificava o Concelho e que poderia muito bem ser utilizado. -----

-----Acrescentou que era lógico que quando se fazia um investimento daquele género, de recuperação, não se esperava que o retorno viesse no mês seguinte, pelo que teriam que aguardar. -----

-----**Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.** -----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):** -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que começou por dizer que talvez não se tivesse explicado bem, que os valores se reportavam a 11/08/2014, que tinha sido a data em que a dívida tinha sido renegociada, portanto eram juros referentes à dívida que não iam ser tributados. -----

-----Em relação à AIBAP disse que a questão era que quando tinham um problema não podiam fugir dele, pelo menos era esse o seu entendimento. De facto, disse, existia um problema com a AIBAP. O edifício existia e tinham duas hipóteses: ou avançava a insolvência e depois a Câmara tentava adquirir o edifício, com todas as dificuldades inerentes ao processo, ou passavam os privados a poder adquiri-lo. -----

-----Era uma questão de opção e o Executivo tinha optado por aquela via. -----

-----Acrescentou que o Município também ia ocupar uma parte do edifício, com alguns serviços, e que era óbvio que, com o valor da renda, podiam fazer outras coisas, mas o problema existia e tinham que o enfrentar e solucionar. ---

-----Em relação ao retorno, convidou o Sr. Prof. Doutor Fernando Regateiro a dirigir-se ao Município em horário de expediente para visitar as diversas secções e verificar as condições em que alguns funcionários trabalhavam. Esse era um retorno imediato que iam ter. -----

-----Mais disse que tinha havido uma “corrida” de funcionários a querer ir para o edifício, devido às condições. -----

-----Afirmou que havia a possibilidade de dispor de uma sala de formação, que tinha várias valências e que a Universidade de Coimbra já estava instalada, a fazer investigação. -----

-----Disse ainda que já tinha havido contactos para arrendar outros espaços e que, para além da Universidade de Coimbra, estavam em contacto com outras 3 empresas que estavam a iniciar a atividade. Nesse contexto, sugeriu que imaginassem que uma daquelas empresas “sobrevivia” e que se instalava em Mira, o que considerou uma mais-valia e um retorno que aquelas instalações podiam criar.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Concluiu, dizendo que era óbvio que era difícil mensurar todas aquelas situações, mas tinha sido uma opção, cumprir com as obrigações da AIBAP e pagar aos credores. Considerou que aquele edifício ia lá ficar para as gerações vindouras e que iam fazer tudo para que o retorno fosse conseguido o mais breve possível.-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais. -----

-----2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Interveio o Sr. Prof. **Paulo Grego** (PS) que disse que não se devia descentralizar a discussão na utilidade ou não da solução proposta pela Câmara. Nesse sentido, perguntou quais eram as condições conseguidas com a renegociação do empréstimo.-----

-----Interveio o Sr. Prof. Doutor **Fernando Regateiro** (PS) que procurou sublinhar, da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, que tinha sido uma escolha política a aplicação não de 10, mas de 13 ou 14% do Orçamento Municipal, o que não contestava.-----

-----No entanto, considerou que os munícipes tinham que saber que cerca de 14% do investimento de capital do Município ia para a AIBAP, o que significava 1/6 ou 1/7 do investimento de capital, o que, na sua perspetiva, era significativo. Portanto, gostava que o Executivo assumisse aquela posição e que apresentasse argumentos sólidos e concretos. -----

-----Finda a segunda ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

-----2.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----Respondeu o Sr. **Presidente da Câmara** que a redução dos 3 para os 2% dizia respeito a toda a dívida, de capital e de juros, que estavam em atraso, ou



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seja, os pagamentos em atraso, de 2011 até àquela data, a partir da qual passava a ser “Euribor + 3%”, que era o que estava escrito. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais. -----

-----3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Interveio o Sr. Prof. **Paulo Grego** (PS) que reformulou a sua intervenção e disse que a única diferença é que, no que tinham ficado a dever, tinha havido uma diferença de 3 para 2%. -----

-----Interveio o Sr. Prof. Doutor **Fernando Regateiro** (PS) que afirmou que não era nenhuma obrigação. A Assembleia Municipal tinha aprovado a insolvência, portanto nem a Câmara nem o Executivo estavam obrigados a nada. Não estavam condicionados. Era uma escolha livre e independente. -----

-----Finda a terceira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

-----3.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----Respondeu o Sr. **Presidente da Câmara** que significava mais de 100.000€ (cem mil euros) e acrescentou que as opções políticas eram todas “livres”, mas que eram condicionadas por cenários existentes, como era o caso. -----

-----Perante um facto existente, ou se avançava para a insolvência, correndo o risco do edifício passar para privados, ou se tentava fazer o esforço de investir. Na opinião do Executivo aquela mais valia era grande e compensava o esforço.

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais. -----

-----4.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----O Sr. Prof. Doutor **Fernando Regateiro** (PS) afirmou que existia um cenário de insolvência autorizado pela Assembleia Municipal.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Finda a quarta ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

-----4.^a INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----Respondeu o Sr. Presidente da Câmara que, em determinado ponto não, que a insolvência tinha “caído”, tinha deixado de existir, pelo que havia decisões a tomar, mas assumia a opção. -----

-----VOTAÇÃO -----

-----Submetido a votação, o ponto quatro da ordem do dia foi **aprovado por maioria** com 3 abstenções por parte do Sr. Carlos Nora, do Sr. Dr. Francisco Reigota e do Sr. Eng.º Calisto Coquim e os restantes votos a favor.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia passou ao ponto cinco da ordem do dia. -----

-----PONTO CINCO: Tomada de conhecimento da listagem das adjudicações da prestação de serviços, efetuadas ao abrigo da autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento da Lei n.º 8/2012, de 21 de junho.-----

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

-----1.^a INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

-----Interveio o Sr. Presidente da Câmara que explicou que se tratava de uma avença na área da economia e uma prestação de serviços do Parque de Campismo para a lavagem da roupa. -----

-----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais. -----

-----1.^a INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que afirmou que normalmente aqueles pontos passavam despercebidos. -----

-----Considerou, contudo, que no ponto da prestação de contas tinha sido referida a redução do número de funcionários na Câmara Municipal em 7. No entanto, disse, era sabido que as avenças e outras formas de contratação não contavam para aqueles números. -----

-----No mesmo sentido referiu a própria AIBAP, em relação à qual disse que se ia ver qual o número de contratos que iam estar “*associados ao novo lançamento daquela nova velha obra*”. -----

-----**Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.** -----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):** -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que respondeu que as avenças contavam e podia fazer a comparação com o montante gasto em anos anteriores.-----

-----**ENCERRAMENTO** -----

-----E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas vinte e uma horas e vinte cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Mesa

(Mário Ribeiro Maduro, Dr.)

O 1.º Secretário

(Nelson Miranda Cadete, Prof.)